

## **A DINÂMICA PERVERSA DO CAPITAL NO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

Shiziele de Oliveira Shimada (Licenciada, Bacharelada e Mestranda NPGEO/UFS – shiziele@bol.com.br)

Katinei Santos Costa (Licenciada e Bacharelada DGE/UFS – katineicosta@hotmail.com)

Alexandrina Luz Conceição (Profa Dra Orientadora – NPGEO/UFS – aluz@oi.com.br)

### ***RESUMO:***

O presente trabalho faz parte do projeto de iniciação científica “Terra de pobreza e miséria: ‘Terra Dura’ – A organização e apropriação do espaço urbano do bairro Terra Dura” realizado em 2005-2006 e que se desenvolve trabalho desde então nessa abordagem tão atual e necessária de compreensão que é o espaço urbano e a lógica do capital. Essa análise está atrelada ao processo de organização e apropriação do espaço que é determinado pela produção do capital, sendo a cidade o local que “melhor” possibilita a relação capital-trabalho, em que o objetivo do capital é precisamente a potencialização do lucro, o que gera a submissão da força de trabalho a níveis elevados de extração da mais-valia. Dessa maneira, a classe pobre é a mais afetada por ter uma flexibilidade metamorfoseada pelos vários tipos de realização de trabalhos. Tem-se na força do trabalho o meio à criação de distintos lugares gerados de acordo com os consumidores do espaço. Neste contexto insere-se o espaço do bairro Terra Dura, atual Santa Maria, enquanto lugar de pobreza que teve na sua organização uma população excluída do município de Aracaju/SE. Uma área originada da expansão rural-urbano, que levou ao crescimento populacional a partir da transferência da lixeira da Soledade para estas proximidades, ocorrendo à atração das pessoas para trabalhar de forma informal e miserável como catadores de lixo. Podendo analisar como uma área de grande extensão de pobreza e violência onde a população vive sem nenhuma infra-estrutura e que ganha constantemente novas formas através da dinâmica desigual e combinada do capital que privilegia a classe dominante do poder, resultando na organização e apropriação sócio-espacial da população.

### ***1. O ESPAÇO URBANO E A DINÂMICA PERVERSA DO CAPITAL***

O espaço urbano nessa formação diversificada e fragmentária, a partir das contradições ocasionadas sob a lógica do capital, leva ao processo de exclusão social onde a classe menos favorecida irá sobreviver em áreas periféricas das cidades. A presença dos pobres leva a diversidade sócio-espacial do urbano e os contrastes das formas de trabalho e de vida. Desprovidos do capital privam-se da obtenção dos bens e serviços que deveriam ser para todos, reproduzindo o capital perverso e desigual que tem no trabalho a única chance de obtenção do necessário à sobrevivência.

“A cidade (...) concentra não só a população, mas os instrumentos de produção, o capital, as necessidades, os prazeres. Logo, tudo o que faz com que uma sociedade seja uma

sociedade” (LEFEBVRE, 2001, p.49). Nesse intuito, a análise sobre o espaço urbano deve ser realizada a partir da organização espacial da cidade que tem nos diversos usos a apropriação dada pelos que utilizam deste espaço.

A produção do capital vinculado à teoria do valor segmenta a sociedade em formas diferenciadas no espaço urbano que remete à idéia do espaço como mercadoria, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Implica no valor de uso e de troca, em que “o valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade, [enquanto que] o valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’” (LEFEBVRE, 2001, p.135). A lógica do capital ocasiona nas cidades a fragmentação e segregação do espaço pelo processo heterogêneo de centro-periferia, reproduzindo a exclusão sócio-econômica dos lugares. Assim,

“o espaço é banalizado, explorado, e as possibilidades de ocupá-lo são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada a uma nova forma de dominação do espaço que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando o espaço vendido em pedaços e, com isso, tornando os espaços trocáveis a partir de operações que se realizam através e no mercado” (CARLOS, 2001b, p.66).

A (des)organização do espaço pela necessidade de expansão desenfreada proveniente da acumulação do capital reproduz o espaço em seu processo de explosão-implosão que tem na relação capital-trabalho o mediador pela apropriação/dominação dos espaços diferenciados compostos por conflitos. Dessa maneira, “o trabalhador (...) não se vê nas trilhas do capital variável apenas como produtor e agente de troca, mas igualmente como consumidor e como reproduzidor de si mesmo” (HARVEY, 2004, p.151).

“(...) a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativos dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir” (SANTOS, 2002, p.322).

A presença da população pobre indica a existência de vasto contingente destituído de condições de sobrevivência, a qual necessita se defender das intempéries de um capitalismo excludente e predatório que tem na força do trabalho a resistência de obtenção do lugar no espaço. É através da presença dos pobres que aumenta e enriquece a diversidade sócio-espacial manifestada pelas formas de trabalho e de vida.

Dessa maneira, as mediações políticas realizadas na periferia incidem em uma exclusão mascarada pela inclusão perversa do social, em que os órgãos de ações institucionais fazem uma “organização” através de uma hegemonia repressiva e de poder que produzem a exclusão no sistema. Nessa relação, o Estado é o maior interventor que “(...) ao intervir no processo de produção da cidade reforça a hierarquia dos lugares” (CARLOS, 2001a, p.15).

Neste ininterrupto processo de reprodução manifestado através da paisagem urbana, tem-se o choque dos contrastes e a concentração que são produzidos pela ação do capital ocasionando a segregação do espaço urbano pela exclusão da população menos favorecida para as áreas periféricas da cidade, onde utilizam estes espaços para viver ou mesmo sobreviver, compreendendo as contradições do espaço a partir da resistência representada pelas formas de uso do espaço.

Nesse intuito a cidade é apropriada de várias funções através dos lugares do trabalho, da moradia, da circulação. A compreensão dessas estruturas urbanas como expressões espaciais e arquitetônicas das interligações sociais da produção e reprodução apresentam-se por um lado como os meios de produção industrial e funções conexas de circulação e serviços, e por outro lado, através das forças de trabalho necessário para o seu funcionamento (EVERS, 1984:321).

“Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos” (SANTOS, 1997:61).

A cidade imbuída pela lógica do capital tem a formação dos circuitos superior e inferior – Teoria proposta por Milton Santos (2004) – as quais são definidas pelas formas de consumo realizadas no espaço dos “limites entre os providos e desprovidos”, em que para a classe menos favorecida “pobreza e circuito inferior aparecem com relações de causa e efeito inegáveis”.

Assim, o lugar é constituído como identidade, produzido na relação uso e indivíduo através da sensação do “pertencer” que perfeitamente é abordado por Carlos (2004) como a tríade cidadão-identidade-lugar, “(...) uma prática vivida e reconhecida em pequenos atos corriqueiros e, aparentemente, sem sentido, vulgares, mas criando laços profundos de identidade entre habitante-habitante, e habitante-lugar” (CARLOS, 2004:51).

Isso resulta na relação social que tem no espaço urbano uma concentração desigual de capital-trabalho e espaço-renda, possibilitando as contradições sociais e os conflitos. Como aborda Harvey, “o capital se empenha continuamente em moldar os corpos de acordo como seus próprios requisitos, ao mesmo tempo em que internaliza em seus modus operandi efeitos de desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais em mudança e interminavelmente inacabados (...) da parte do trabalhador” (2004:157)

Nessa dinâmica da vida social, tem-se a produção dos movimentos sociais que possibilitam uma organização através da capacidade de inovar e criar formas de ações e estratégias individuais, que tornam coletivas através das forças de reivindicações por interesses a serem defendidos por todos. Sejam problemas relacionados com a organização social do espaço – concentração de pessoas sem renda nas cidades e inexistência de políticas públicas –, ou mesmo à produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo.

O principal interlocutor desses movimentos reivindicatórios surgidos a partir dos problemas urbanos seria o Estado, este enquanto principal responsável pela reprodução da força de trabalho e de organização do poder institucional. Neste sentido, o Estado reorganiza territorialmente a relação capital e trabalho e provoca a concentração territorial, ao tempo que intensifica os bolsões de pobreza e, conseqüentemente os conflitos; aumento de marginalidade e criminalidade, atos de violência cada vez mais intensos frente ao crescente desemprego; gerando o crescimento desordenado das maiores cidades (CONCEIÇÃO, 2005:168). Desse modo, “o Estado (traduzido em governos e administrações) encontra-se potencialmente no centro desses movimentos [sociais] enquanto viabilizador/agilizador/provedor dos interesses de frações de capital e de renda que constroem e usufruem os privilégios diferenciais do espaço” (RIBEIRO, 1986:55).

No entanto, o que se identifica na maioria dos movimentos sociais é a “existência do clientelismo político, de uma noção tutelar do Estado, de uma concepção de direitos como mera defesa de interesses privados, de uma divisão instrumental da política que só alimenta a tendência à sua corporativização, tudo isso indica o quanto é forte e viva uma tradição de autoritarismo corporificada não apenas no Estado, mas também nas formas como as relações sociais são ordenadas e expressos os conflitos sociais que atravessam a sociedade” (TELLES, 1994:219).

Portanto, compreender a cidade passa pelo entendimento das suas funcionalidades que tem na intermediação dos atores sociais atuantes, a relação de interação e contradição gerada pelo processo de organização e apropriação do espaço, que na égide do capital é desigual e exploratório.

## ***2. O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO***

O estudo realizado no Bairro Terra Dura, atual Santa Maria<sup>1</sup>, para o projeto de iniciação científica da Universidade Federal de Sergipe intitulado “Terra de pobreza e miséria: ‘Terra Dura’ – A organização e apropriação do espaço urbano do bairro Terra Dura” realizado em 2005-2006, levou a um volume de informações que foram catalogadas permitindo identificar o processo de organização e resistência de apropriação espacial a partir dos elementos que fazem parte da paisagem-local e que atuam (re)produzindo o espaço urbano da Terra Dura.

Uma área originada da expansão rural-urbana, que nos primeiros anos do século XX se estabeleceu com o objetivo de facilitar o escoamento da produção de açúcar e coco-da-baía, provindos para Aracaju, das cidades de São Cristóvão, Itaporanga D’Ajuda e Estância. A paisagem começa a ser transformada com a construção do Canal Santa Maria que atrai os trabalhadores para ocupar o local.

O crescimento populacional avança com a transferência da lixeira da Soledade para estas proximidades, em que ocorreu a atração das pessoas para trabalhar de forma informal e miserável como catadores de lixo. Verifica-se uma “apropriação” espacial do local realizada pela inserção dessa população que sem poder aquisitivo irá integrar a Terra Dura.

Relacionado a isso, houve o crescimento da área urbana de Aracaju que teve na expansão capitalista o processo de industrialização desenvolvido pelo governo estadual, em consonância com a política nacional e regional, resultando na implantação de atividades industriais ligadas à exploração de recursos minerais disponíveis no subsolo – Petrobrás – como também a política habitacional desenvolvida pela Companhia de Habitação – COHAB, que estava atrelado ao governo federal o qual criou o Sistema Financeiro de Habitação, através do BNH, e, após sua extinção, através da Caixa Econômica Federal (Dados da SEPLAN).

Nesse contexto é que na década de oitenta, o processo habitacional não ficou restrito às camadas mais privilegiadas da população, em que através do INOCOOP – Instituto

---

<sup>1</sup>O povoado Terra Dura ficou denominado Bairro Santa Maria através da Lei Municipal nº2.811, de 08 de maio de 2000 (Dado da SEPLAN).

Nacional de Cooperativas Habitacionais e da COHAB/SE – Companhia Nacional de Habitação foi estendida para a população de baixa renda.

Assim, suscitou-se à formação dos Conjuntos Habitacionais na Terra Dura – Conjunto Antonio Carlos Valadares, Conjunto Maria do Carmo Alves, Conjunto Padre Pedro – que movidos por interesses políticos tinham o intuito de inculcir uma forma de organização espacial levada pela política de “ordenação” do Estado, que ocasionou uma (re)estruturação do espaço habitado da periferia atrelado a uma nova segregação dentro da segregação, através do número insuficiente de casas para a população.

“(…) o valor do solo é algo incontestável, e nem todos têm acesso, e quando têm é de maneira mascarada através da política habitacional feita pelos governantes que estão mais para ganhar o voto do que verificar o bem estar da população pobre que vive esquecida num bolsão de miséria e pobreza que é marcada a ‘Terra Dura’” (CONCEIÇÃO; COSTA; SHIMADA, 2006).

É na lógica do capital que o espaço se fragmenta em formas diferenciadas transformando o espaço em mercadoria, gerando conflitos entre indivíduos e as várias formas de uso. Esse processo ocasiona a separação do espaço em centro-periferia que leva as classes menos favorecidas a residir às áreas periféricas da cidade, em que a única forma para sobreviver e poder consumir no espaço através da sua força de trabalho, que tem na relação perversa capital-trabalho, a extração da mais-valia.

E nessa dinâmica a Terra Dura se estabelece enquanto lugar de reprodução da exclusão sócio-econômica de uma população formada de desempregados e subempregados que tem no mercado informal – biscates, serviços domésticos, venda ambulante, etc., – a obtenção de condições mínimas de sobrevivência individual e familiar, impossibilitando o engajamento no circuito do consumo formal como também da mercadoria de habitação.

Em decorrência desta exclusão mascarada se tem a dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos – transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches – as irrisórias oportunidades de emprego formal, a maior exposição à violência, difícil acesso ao lazer. Refletindo o fenômeno perverso em que a pobreza e as pessoas de baixa renda são empurradas para a periferia enquanto o centro se elitiza.

Nesse ínterim, há a ação do Estado na organização do espaço do bairro Terra Dura, relacionando-se numa política clientelista de troca, em que há uma barganha entre a obtenção de uma melhoria no bairro e o apoio eleitoral nas épocas de eleições. Isso foi verificado na construção dos conjuntos sem dá infra-estrutura, como no momento atual em que a ação municipal está presente através de serviços de infra-estrutura como pavimentação, asfaltamento, drenagem, que não atinge a todos que lá sobrevivem mostrando mais uma vez a segregação frente ao espaço que já está segregado. É preciso colocar em evidência que a mudança no local com relação à infra-estrutura que está sendo realizada pelo poder municipal é uma mudança com relação aos órgãos institucionais, pois nunca antes o município executou obras no local, como foi discorrido o Estado possuía poderes de construir conjuntos sem a necessidade do aval do município.

Nesse intuito, a população excluída do bairro Terra Dura vive à mercê esperando as benesses prometidas ou propiciadas pelas máquinas dos órgãos públicos, e enquanto estas não acontecem, vivem em condições subumanas à espera da casa própria que nunca chega. O barraco seria um estágio provisório de moradia, mas isso não é evidenciado devido o

“esquecimento” dado pelos que estão no poder, e a moradia provisória torna questão de sobrevivência por estarem situadas em terrenos com grande declividade, onde é acentuada a erosão e sujeitas a desabamentos em períodos chuvosos.

“(…) dentro da Terra Dura tem ocorrido uma constante ocupação dos miseráveis, desempregados na sua maioria que sobrevivem nos barracos em uma situação deplorável. Marginalizados e sem o poder do voto são esquecidos pelos poderes governamentais e a sociedade civil; e quando lembrados, são como os moradores de um espaço de “marginalização” e miséria” (CONCEIÇÃO; COSTA; SHIMADA, 2006).

Apropriando-se da sensibilização de uma população carente, houve a formação de organizações comunitárias no Bairro – a maioria com inserções de políticos – com objetivo, segundo seus discursos, de ajudarem a população que ali reside, através de atividades assistencialistas.

A presença desses “movimentos sociais” tem ocasionado a retirada da ação dos governantes e conseqüentemente de políticas públicas. Demonstrando a lógica dessas organizações comunitárias – associações, projeto – que através do domínio implícito dos políticos tentam obter votos da população beneficiadas pelas ações. No entanto, são ações que por muitas vezes não atingem a todos que lá sobrevivem, como também há o desconhecimento da atuação dessas políticas no bairro.

Em decorrência das funcionalidades dadas ao espaço ocorrem as relações sociais que através das transformações de apropriação do espaço criam diferentes formas de uso, reveladas pela necessidade e desejo que ocasionam uma relação de identidade com o lugar em que vivem na resistência da apropriação e organizando o espaço de acordo com os tipos de uso dados ao espaço.

“(…) a identidade (...) se contrói a partir do sujeito no plano da vida imediata, aquela do bairro, no lugar onde esta se desenvolve por meio dos modos de habitar, nas relações de vizinhança, pelo uso do espaço que marca as formas de sociabilidade de reconhecimento” (CARLOS, 2001:279).

A dinâmica do bairro Terra Dura, atual Santa Maria, pode ser observada nos constantes processos de (re)organização através da resistência de apropriação do espaço realizada pelos atores sociais, que têm na identidade com o local a tentativa de superação e de conseguir melhores oportunidades para todos que ali sobrevivem numa relação de vizinhança, com a esperança de quererem sempre o melhor de um local que se revela “sobrevivente” da ação desigual e combinada do capital.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da análise de estudo sobre o espaço urbano através de todas as contradições formadoras da organização e apropriação deste espaço, compreende-se que a problemática urbana está atrelada a lógica do capital. O capital (des)organiza o espaço apropriando-o e dominando-o de formas diferenciadas, transformando o espaço em mercadoria, e conseqüentemente gerando conflitos entre indivíduos e usos. O trabalho é a única maneira para a obtenção do lugar neste espaço.

O que temos no bairro Terra Dura é o “isolamento” de uma população reprimida e excluída, sem acesso ao mínimo de garantia de vida, vivendo a mercê na sociedade, sem condições de adquirir emprego, por não ter podido estudar e pela própria restrição no mercado de trabalho, mesmo quando tem experiência, ou seja, qualificado. Só restando o que aparece, pois estas pessoas estão inseridas numa realidade em que não se tem escolha, é “pegar ou largar”, para poder adquirir um mínimo para o seu sustento e de sua família.

A ação do Estado na organização do Bairro Terra Dura tem se limitado a um conjunto de ações políticas eleitoreiras com objetivo de adquirir os votos dos moradores, ou também para atender ao capital privado retirando a população dos “espaços urbanos” para que estes sejam apropriados pelas classes privilegiadas, empurrando para a periferia da cidade de uma maneira mascarada, através das casas populares.

O que verifica são recortes de uma paisagem metamorfoseada pelos usos e que se insere no contexto do local como não esperado por uma população que não consegue ter o direito de sonhar. Tem-se somente a sua realidade cotidiana formada por um espaço que sempre foi esquecido, e somente lembrado pelo excesso de violência e miséria, para agora estar inserido como “a área de expansão da cidade”. Mas em que sentido este expansionismo está ocorrendo? Será que mais uma vez o poder do capital é que terá força para a (des)organização deste espaço vivido por uma população esquecida que forma o bolsão de miséria e pobreza “Terra Dura”?

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**, São Paulo: Contexto, 1999, ed. 4ª.  
\_\_\_\_\_. **Espaço-Tempo na Metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001a.

\_\_\_\_\_. **“Novas” Contradições do Espaço** in: O Espaço no Fim de Século – a Nova raridade. Damiani, Amélia Luisa, Carlos, Ana Fani Alessandri & Seabra, Odette Carvalho de Lima (org.). São Paulo: Contexto, 2 ed., 2001b, p.62-74.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Urbano: Novos Escritos Sobre a Cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz, COSTA, Katinei Santos & SHIMADA, Shiziele de Oliveira. **Conjuntos Habitacionais a Inclusão para a Exclusão da Pobreza: um Estudo de Caso do Bairro Terra Dura**, Acre: ENG – AGB, 2006.

EVERS, Tilman. **Reprodução da Força de Trabalho e Movimentos Populares**, in Terra de Habitação x Terra de Espoliação. Krischke, Paulo J.(org.), São Paulo: Cortez, 1984, p.31-56.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**, São Paulo: Loyola, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**, Rio de Janeiro: DP&A, 2ed, 2001.

**Relatório Ambiental da Reurbanização do Bairro Santa Maria.** Aracaju: SEPLAN, março/2002.

**Relatório de Urbanização da Unidade de Assentamento Precário – Santa Maria.** Aracaju: SEPLAN, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **O Fato Metropolitano: Espaço e Sociedade**, in: A Construção do Espaço. Souza, Maria Amélia de & Santos, Milton (org.), São Paulo: Nobel, 1986, p: 51-60.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia**, São Paulo: Hucitec, 1997, ed. 5ª.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**, São Paulo: Edusp, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Espaço Dividido: os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**, São Paulo: Edusp, 2ed, 2004.

TELLES, Vera da Silva. **Anos 70: Experiências, Práticas e Espaços Políticos**, in As Lutas Sociais e a Cidade: São Paulo Passado e Presente, Kovarick, Lúcio (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, 2ed.